



IPCA de junho faz Brasil estourar novo modelo de metas de inflação

Lira amplia redução parcial de IR para quem ganha até R\$ 7.350

Página 4

Governo abrirá crédito de R\$ 3 bi para ressarcir descontos ilegais

Página 6

Analgésicos de uso comum ameaçam base da cadeia alimentar marinha, alerta pesquisa

O chamado fitoplâncton, algas microscópicas base da cadeia alimentar aquática, encontram-se ameaçados pela presença de analgésicos na água, segundo um estudo do Instituto de Biociências (IB) da USP em parceria com a Universidade Ahmadu Bello, na Nigéria. A pesquisa, que investigou especificamente o efeito combinado de Diclofenaco, Ibuprofeno e Paracetamol na estrutura fitoplancônica, constatou uma diminuição na biodiversidade de comunidades que operam sob estresse induzido por drogas.

O artigo indica que esses medicamentos afetam a fisiologia e a dinâmica populacional do fitoplâncton, mesmo em níveis baixos de concentração. Página 2

Produção de grãos deve crescer 14% e chegar a 340 milhões de toneladas



Foto: Wenderson Araújo/Tirilux

Página 3

Os dados da inflação oficial, divulgados na quinta-feira (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que o país estourou o teto da meta de inflação pela primeira vez desde que a forma de apuração do resultado acumulado foi modificada pelo Conselho Monetário Nacional, no início deste ano.

Antes dessa mudança, que passou a valer neste ano, a meta de inflação já havia sido estourada oito vezes.

A meta de inflação determinada pelo CMN é de 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual (p.p.) para mais ou para menos. O teto, portanto, é de 4,5%, e a inflação acumulada não pode superar esse patamar por seis meses consecutivos.

Como o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) marcou 0,24% em junho, a soma de 5,35% em 12 meses foi a sexta consecutiva acima de 4,5%. Página 3

Inscrições do Fies para este semestre começam na segunda-feira

As inscrições para o processo seletivo deste semestre do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) poderão ser feitas a partir da próxima segunda-feira (14). O prazo termina às 23h59 do dia 18 de julho, no horário de Brasília.

As datas estão previstas em edital publicado pelo Ministério da Educação (MEC), na quarta-feira (9).

As inscrições são gratuitas. Os interessados deverão se inscrever exclusivamente pelo Portal Único

de Acesso ao Ensino Superior.

Desde 2001, o programa federal financia a graduação em instituições de educação superior privadas, com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), com o objetivo de promover a inclusão educacional.

Neste ano, o MEC oferece 112.168 vagas para o Fies, sendo 67.301 vagas, no primeiro semestre; e 44.867, na segunda metade do ano. Página 4

DÓLAR			
Comercial		Turismo	
Compra: 5,54		Compra: 5,80	
Venda: 5,54		Venda: 5,76	
EURO			
Compra: 6,49			
Venda: 6,49			

Esporte

Culto ao carro: por que as máquinas são as protagonistas do FIA WEC

O palco do FIA WEC (World Endurance Championship) possui diversas estrelas ao volante de seus 36 carros fixos, que marcarão presença no Rolex 6 Horas de São Paulo – única etapa no continente sul-americano do campeonato mundial, que será disputada neste final de semana - dias 11, 12 e 13 - no Autódromo de Interlagos.

Entretanto, para a maior parte dos fãs das corridas de longa duração, é o carro o personagem principal: o piloto está em segundo plano frente às máquinas alinhadas nos grids do FIA WEC. Não são poucos os que escolhem para qual carro ou trio irão torcer com base na tradição da montadora por trás da participação, ou até mesmo por conta da motorização que um carro específico possui. Por exemplo, o Aston Martin Valkyrie ganhou a simpatia de muitos em 2025 por chegar ao FIA WEC utilizando um motor aspirado V12, cujo som acelera o coração dos fãs de automobilismo.

As preferências de cada torcedor e as dinastias de vencedores nas 24 Horas de Le Mans – prova centenária que originou o campeonato – criaram um culto ao carro e às marcas sem igual frente a outros campeonatos do automobilismo. É uma tradição: no universo do Endurance, o carro sempre vem primeiro.

O vencedor de Le Mans que virou música

Atualmente tricampeã de Le Mans, a Ferrari retornou com um time de fábrica na classe principal do evento em 2023 e desde então não sabe o que é perder a prova francesa. Porém, sua tradição vem desde 1949, quando o comendador

Enzo Ferrari viu sua Ferrari 166 MM Barchetta cruzar a linha de chegada na frente em Le Mans. O triunfo fez o modelo tão famoso que até mesmo a banda canadense Rush dedicou uma música ao carro: Red Barchetta, no aclamado álbum “Moving Pictures” de 1981. O modelo, que estabeleceu a Ferrari como um ícone das corridas, é um dos mais importantes de sua história.

O filme que celebra um dos grandes duelos de Le Mans

A histórica edição de 1966 de Le Mans, imortalizada no filme “Ford vs. Ferrari” (2019), traz o duelo da fabricante de Maranello – dona da vitória nas seis edições anteriores – com a norte-americana, que naquele ano derrotou os italianos em um “Davi vs. Golias” moderno, que rapidamente tornou-se popular entre os fãs. A disputa de Ford contra Ferrari, inclusive, será muito em breve reeditada no FIA WEC, com a marca oval azul anunciando sua entrada na Hypercar para 2027.

Além de “Ford vs. Ferrari”, outro filme que celebra a tradição da mais tradicional das 24 horas é a película homônima “Le Mans”. Estrelado por Steve McQueen e lançado no ano de 1971, a produção é também amada por gerações dos fãs de automobilismo e considerada até hoje uma das melhores sobre o tema já produzidas na história do cinema. Um clássico bem ao estilo de Le Mans que leva o espectador a uma verdadeira viagem no tempo.

Os bravos alemães

Porém, os maiores vencedores das corridas de longa duração vêm da Alemanha. A Porsche tem 19 vitórias nas 24

Horas de Le Mans, a última delas em 2017. A marca de Stuttgart é uma das mais amadas pelos ‘gearheads’, não só pelo modelo atual – o Porsche 963 – mas também pelo clássico 956, responsável por quatro vitórias em sequência em Le Mans (1982 a 1985). A mais imponente delas em 1983, na qual a marca fez os sete primeiros da prova e nove dos 10 primeiros. Feito imortalizado em uma aula de marketing: a marca alemã estampou em publicações da época um anúncio com os dizeres “Nobody’s Perfect” (ninguém é perfeito) junto do resultado da corrida, algo até hoje relembrado pelos fãs.

Entre Porsche com 19 e Ferrari com 12 vitórias em Le Mans, o segundo lugar na estatística pertence a uma fabricante que também marcou época e causava temor na concorrência: a Audi, com 13 triunfos – entre os anos 2000 e 2016, só não venceu em quatro edições. Contudo, quando o assunto é o FIA WEC, a Porsche é a segunda maior campeã, com quatro títulos (2015, 2016, 2017 e 2024). A Toyota, com seis (2014, 2018-19, 2019-20, 2021, 2022 e 2023), lidera o ranking. Além das duas, apenas a Audi foi campeã, em 2012 e 2013 – primeiros anos do campeonato.

Grid consagrado

Além de Porsche e Ferrari, outras cinco marcas presentes no grid já venceram as 24 Horas de Le Mans: a Toyota com cinco vitórias (2018 a 2022), a Peugeot com três (1992, 1993 e 2009) e Aston Martin (1959), Alpine (1978) e BMW (1999) com uma cada.

Já no Rolex 6 Horas de São Paulo, a atual vencedora e úni-



Foto: Julien Delfosse

ca a repetir triunfo é a Toyota. Inclusive, a marca garantiu sua primeira vitória no FIA WEC na primeira edição da prova brasileira, em 2012. A Audi venceu o evento em 2013, com a Porsche faturando em 2014 – também a primeira vitória da marca no FIA WEC.

Carros que são (e que podem ser) de rua

São duas as categorias, ou classes de carros, dentro do FIA WEC: Hypercar e LMGT3. As duas, a proximidade dos carros com modelos de rua é a receita que faz da fase atual do FIA WEC ser considerada pelos amantes do automobilismo a ‘era de ouro do endurance’. Isso ocorre pelo fato de os regulamentos do campeonato terem aproximado mais os carros de versões que podem chegar às ruas. Anteriormente, os modelos

primavam por serem protótipos.

Na antiga LMP1, sem limite de custos e de desenvolvimento, os carros eram pensados especialmente para competição. Já na Hypercar, as regras permitem que uma montadora – se quiser – consiga legalizar seu carro para as ruas para vender no mercado. Algo que a Aston Martin, antes mesmo de entrar no campeonato neste 2025, já fez com seu Valkyrie e agora ganhou companhia: no último mês, a Porsche anunciou uma versão de rua de seu campeão 963, enquanto a Ferrari também já trouxe ao mercado uma versão de seu carro, a 499P Modificata, que pode apenas ser utilizada em pistas.

Entre os modelos GT, a mão de direção é praticamente a contrária, principalmente desde 2024 – com os GT3 substituindo

os GTE, que possuíam mais peças exclusivas de carros de competição e que atualmente são substituídas por componentes comuns a carros de rua. Nesta classe, os carros GT – sigla para Gran Turismo – nascem para as ruas, mas com vocação para as pistas.

Com isso, o FIA WEC vem cada vez mais entrando no coração dos fãs de esporte a motor e criando a cada dia uma rivalidade sadia entre marcas dentro e fora da pista. Isso certamente incentiva pilotos e engenheiros a irem atrás dos últimos décimos atrás da glória oferecida pelo FIA WEC, um campeonato onde a máquina está em primeiro plano. E os ingressos podem ser comprados pelo site oficial.

Prefeitura entrega 142 moradias para famílias de Itaquera, na Zona Leste

Com investimento de R\$ 28 milhões, a Prefeitura de São Paulo entregou, na quinta-feira (10), na esquina da Rua Inácio Donati com a Rua Alfredo Ricci, nº 160, em Itaquera, Zona Leste da capital, 142 unidades habitacionais viabilizadas pelo Pode Entrar Entidades, no Residencial Vida Nova. A iniciativa faz parte das intervenções do programa Prefeitura Presente na região.

Durante a entrega, o prefeito Ricardo Nunes lembrou que o Programa Pode Entrar conta com várias modalidades. “O Pode Entrar Entidades é o modelo desta construção aqui. É uma entidade séria, que tem um convênio com a Prefeitura, para a qual repassamos o recurso para realizar a obra, permitindo que a população possa morar com

qualidade, com uma prestação bem baixa”, disse.

O condomínio é composto por quatro torres com térreo e mais oito pavimentos. Todas as torres possuem um elevador. Os apartamentos têm 49,17 m² e contam com dois dormitórios. A área social inclui playground, quadra esportiva, salão de festas, centro comunitário e quiosque com churrasqueira. Além disso, oferece bicicletário e estacionamento para automóveis, com 12 vagas para carros e 18 para motos.

“Hoje é um dia mais do que especial, e o nome do empreendimento já fala por si: hoje é vida nova para 142 famílias. Hoje, vocês podem sair daqui, olhar para os seus filhos, para as próximas gerações, os netos, e dizer:

a partir de hoje vocês têm uma habitação”, destacou o secretário de Habitação, Sidney Cruz.

Concretização de um sonho A entrega das moradias representa a concretização de um sonho antigo para diversas famílias, que agora podem olhar para o futuro com mais segurança e dignidade.

A autônoma Raquel Guedes, de 33 anos, conta que se emocionou ao visitar a futura moradia. “Visitei o apartamento e me emocionei, pois está tudo muito lindo. Só espero coisas boas na minha nova casa”, relata.

“Eu morava de favor e agora vou ter o que é meu. Estou muito emocionada, pois é uma alegria muito grande ter uma moradia própria”, destaca a diarista Luzia Cordeiro Lemes, de 53 anos.

Mais do que receber as chaves de um novo lar, essas pessoas realizam o desejo de ter um espaço próprio para construir memórias, criar seus filhos e viver com tranquilidade.

Morando de aluguel há anos, a auxiliar de limpeza Verônica Maria da Silva, de 42 anos, diz estar satisfeita por poder pagar por algo que é dela. “Não vejo a hora de pegar a chave e poder entrar. Moro de aluguel e até me ajoelhei quando fui visitar o meu apartamento, pois agora vou pagar por algo que é meu”, afirma. Pode Entrar

O maior projeto habitacional já lançado no município conta com recursos exclusivos da Prefeitura de São Paulo e inclui ferramentas importantes para aumentar a produção de moradias e

reduzir o déficit habitacional na cidade. Atualmente, são 43 mil unidades em obras.

O programa se subdivide nas modalidades Aquisição, Entidades, Empresas, Melhorias, Parcerias Público-Privadas (PPPs) e Carta de Crédito. No Pode Entrar Entidades, o município arca com os investimentos, enquanto a entidade ou empresa — nesse caso, a Associação Beneficente Construir — se responsabiliza pelo licenciamento e execução do projeto.

Essa modalidade foi criada para atender a uma demanda surgida em 2015. Na época, um chamamento foi realizado pela COHAB-SP para produção habitacional em áreas públicas, com recursos do Governo Federal, por meio do Programa Minha

Casa Minha Vida, que acabou suspenso por falta de recursos. Ao aderir ao Pode Entrar Empresas/Entidades, as associações obtêm recursos para financiar os projetos que estavam parados e que receberiam aportes do Governo Federal.

Desde o início do ano, a Prefeitura já entregou 768 unidades habitacionais por meio dessa modalidade do programa (Edifício Prestes Maia, Residencial Padre Ticão, Residencial Casa Nova e Residencial Santa Bárbara), e 6.174 unidades estão em construção, sendo 4.738 pelo Pode Entrar Entidades e 1.436 pelo Pode Entrar Empresas. (Governo de SP)

Analgésicos de uso comum ameaçam base da cadeia alimentar marinha, alerta pesquisa

O chamado fitoplâncton, algas microscópicas base da cadeia alimentar aquática, encontram-se ameaçados pela presença de analgésicos na água, segundo um estudo do Instituto de Biotecnologia (IB) da USP em parceria com a Universidade Ahmadu Bello, na Nigéria. A pesquisa, que investigou especificamente o efeito combinado de Diclofenaco, Ibuprofeno e Paracetamol na estrutura fitoplancônica, constatou uma diminuição na biodiversidade de comunidades que operam sob estresse induzido por drogas.

O artigo indica que esses medicamentos afetam a fisiologia e a dinâmica populacional do fitoplâncton, mesmo em níveis baixos de concentração. Chances de extinção local também foram observadas em espécies de menor capacidade adaptativa, como os Actinastrium — gênero de algas verdes de água doce.

A descoberta traz preocupações quanto ao bem-estar da vida marinha, que depende desses organismos para transferência de nutrientes entre diferentes níveis tróficos (posição que um organismo ocupa em uma cadeia ou teia alimentar).

E os danos não param aí. Em entrevista ao Jornal da USP, Mathias Ahii Chia alerta que os resultados são relevantes para a vida na Terra. O professor associado do Departamento de Ecologia do IB é um dos autores do estudo e explica que o fitoplâncton é responsável pela produção de metade do oxigênio da Terra e por absorver carbono da atmosfera. Sem ele, a existência humana estaria ameaçada. “Sem esses organismos, não existe produção primária, não existem ecossistemas e não tem

oxigênio suficiente para respirar”, expressa.

Mas como esses analgésicos chegam na água?

Quando consumimos um medicamento, parte de seu princípio ativo é utilizado para efeito terapêutico; outra, é eliminada pela urina ou pelas fezes. A partir daí, caso o domicílio esteja conectada à rede de esgoto, os compostos não absorvidos passam por uma estação de tratamento, onde podem ser parcialmente anulados. Caso contrário, eles serão despejados no meio ambiente.

A isso, agrega-se o número de pessoas que utilizam diferentes analgésicos, o que implica no aumento do volume e variedade no ambiente. O uso de antibióticos em atividades ligadas à agricultura, criação de animais e indústrias são outros fatores que devem ser levados em consideração na contaminação aquática.

Por esses motivos, Chia considerou indispensável a pesquisa investigar o efeito de vários fármacos, ao invés de analisar somente um — como é comumente feito. Só assim ele poderia entender as condições exatas a que o fitoplâncton está submetido. “A maioria dos trabalhos testam um medicamento por vez. Mas isso não é sempre correto, porque existe uma combinação deles no ambiente”, esclarece o professor.

Outras pesquisas detectaram vários tipos de medicamentos no ambiente aquático, por exemplo antibióticos, hormônios e antidepressivos – Foto: Mathias Chia

Ramatu Idris Sha’aba, pesquisadora da Universidade Ahmadu Bello e primeira autora do artigo, destaca que a escolha específica por Diclofenaco, Ibuprofeno e Paracetamol foi

motivada pelo uso vasto desses produtos. Em entrevista ao Jornal da USP, ela explica que estes medicamentos persistem no ecossistema, já que “são quimicamente estáveis, apresentam alta resistência à biodegradação e são frequentemente detectados em águas superficiais devido à remoção incompleta durante o tratamento [de esgoto]”, agravando a situação.

Ao final do estudo, os cientistas constataram o efeito negativo desses medicamentos no fitoplâncton, que teve sua biodiversidade diminuída e estrutura alterada pelo estresse oxidativo — um desequilíbrio entre a produção de oxigênio e a capacidade antioxidante da célula, que danifica moléculas importantes.

Mesocosmos em ação Os experimentos foram conduzidos com as comunidades de fitoplâncton do norte da Nigéria, em Zaria. Para replicar as condições naturais do ambiente aquático, no entanto, o grupo de especialistas preferiu dispensar o uso do laboratório. Eles mobilizaram o que a ciência chama de mesocosmos — um sistema externo que simula as dinâmicas complexas de um ecossistema de maneira controlada.

Ramatu conta que, para fazer isso, 24 mesocosmos externos foram instalados em um lago de fonte na universidade. “Pegamos a população natural dos corpos d’água e os colocamos em frascos feitos com cestas plásticas forradas de sacos de polietileno e equipados com flutuadores. Cada um foi preenchido com aproximadamente 4 litros de água coletada diretamente de um lago de oxidação de esgoto

local”, afirma.

Depois foram feitos cálculos para saber qual seria a quantidade de medicamento ideal para a combinação. No total, a observação durou 28 dias. A decisão a favor dos mesocosmos foi a forma de certificar que o ambiente não alteraria a temperatura, variação de nutrientes e a composição dos fármacos, o que poderia ser o caso no laboratório.

O trabalho buscou entender se houve variações em compostos principais (como proteínas, carboidratos e lipídeos), mudanças nas atividades enzimáticas ou estresse adaptativo. Com base nos resultados, o observado foi uma diversidade nas reações de fitoplânctons. “Cada espécie tem sensibilidades diferentes. Tem aqueles que conseguem tolerar a presença até certos níveis e tem os que desaparecem [são extintos]”, explica Mathias Chia.

Porém, apesar do estudo ter constatado danos na estrutura do fitoplancôn, o que é atingido permanece uma incógnita. “Por enquanto sabemos que afeta a produção dos pigmentos, mas não entendemos o porquê”, diz ele. Esse será o tema de futuros artigos a serem desenvolvidos pelos pesquisadores.

O fenômeno é uma lembrança que, como bioindicadores ambientais, a ausência desses organismos é um indício de que há algo de errado naquele ecossistema. E o professor complementa: independente do nível de analgésicos na água, o fitoplâncton ainda experiencia repercussões, uma vez que é sensível às alterações ambientais. (Governo de SP)

Carretas da mamografia e do empreendedorismo do SP por Todas chegam a Mogi Mirim

O Governo do Estado de São Paulo leva a Mogi Mirim as carretas de mamografia e empreendedorismo do movimento SP Por Todas. Até o dia 19 de julho, as mulheres da cidade terão acesso a exames gratuitos de mamografia para diagnóstico precoce do câncer de mama. Além disso, também poderão contar com cursos profissionalizantes oferecidos pelo Sebrae e Senar, voltados para a promoção da autonomia financeira.

A ação também contará com atendimento da Defensoria Pública e da Delegacia da Mulher, além da participação

da OSC Negra Sim, realizando orientações direcionadas à Assistência Social. As carretas são uma iniciativa da Secretaria de Políticas para a Mulher.

A carreta da mamografia realizará até 50 atendimentos diários. As mulheres entre 50 e 69 anos, de toda a região de Mogi Mirim, podem fazer seus exames apresentando apenas o cartão do SUS e o RG. Já aquelas que têm entre 35 e 49 anos ou acima de 70, deverão levar também o pedido médico.

A carreta de empreendedorismo proporcionará formação e apoio para mulheres que buscam

independência financeira. São diversos cursos como: Inteligência Emocional, Formalização do MEI e Controles Financeiros. Para se inscrever, basta acessar o site e preencher o formulário com os dados pessoais.

As atividades acontecerão no Espaço Cidadão Mogi Mirim, Avenida Prof. Adib Chaib, 10 – Centro, Mogi Mirim – SP.

A secretária estadual de Políticas para a Mulher, Valéria Bolsonaro, participou da cerimônia para o início das atividades das carretas, realizada na manhã da segunda-feira (7),

às 11h. Durante o evento, a secretária destacou a importância da iniciativa para ampliar o acesso das mulheres a serviços essenciais e capacitá-las para conquistar autonomia financeira.

“Estamos aqui para garantir que todas as mulheres de Mogi Mirim tenham acesso à saúde e às ferramentas necessárias para construírem sua própria independência financeira. Este é um projeto que leva dignidade e oportunidades para todas”, afirmou Valéria Bolsonaro. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Paraná Pesquisas deu o ex-vereador e prefeito reeleito (2024) Ricardo Nunes (MDB) liderando a intenção de voto pra governador (SP) nas eleições 2026 ... sem o atual Tarcísio Freitas (Republicanos) disputando

PRFEITURA (São Paulo)

Paraná Pesquisas deu o reeleito (2024) prefeito Ricardo Nunes (MDB) liderando a intenção de voto ao Governo do Estado de São Paulo. Em tempo : num cenário sem o governador Tarcísio Freitas (Republicanos)

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Paraná Pesquisas deu o governador Tarcísio (Republicanos) liderando disparado a intenção de voto pela reeleição ao cargo em que está desde as eleições 2022. Deputados(as) de partidos alinhados comemoram

GOVERNO (São Paulo)

Paraná Pesquisas deu o que até as pedras já sabiam : governador Tarcísio Freitas (Republicanos) se dando ao luxo de sair de uma intenção de voto que pode chegar a dar a ele uma reeleição ... já no 1º turno 2026

CONGRESSO (Brasil)

Paraná Pesquisas deu ao deputado federal (SP) Eduardo Bolsonaro (PL) - 'exilado' nos EUA - a liderança na intenção de voto ao Senado [2 cadeiras por SP]. Haddad (PT) em 2º e o vice-presidente Alckmin (PSB) em 3º

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Paraná Pesquisas deu o atual vice-presidente Geraldo Alckmin (ex-PSDB ... agora sócio preferencial no PSB) com alguma chance se concorrer [pela 4ª vez] ao governo (SP) ou uma das 2 cadeiras no senado (por SP)

PARTIDOS (Brasil)

Começou a guerra de narrativas entre as falidas [Século 20] 'esquerdas' e 'direitas', colocando a retaliação comercial do Trump (EUA) nas contas do 3º governo Lula (dono do PT) e no ex-presidente Bolsonaro (PL)

JUSTIÇAS (Brasil)

Supremo nacional tá entrando pra história [países com Constituições que definem o que podem ou não os 3 Poderes] como mediador de até que ponto podem [ou não ... no caso do IOF] Legislativo e Executivo

HISTÓRIAS

A retaliação dos EUA [2º governo do republicano Trump] agora ao Brasil, demonstra que além da geopolítica diplomática [via ONU], as falências do Século 20 incluem também a Organização Mundial do Comércio

ANO 33

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa [brasileira] desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

cesar@jornalistacesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00 Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal Atas, Balanços e Convocações Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária Exemplar do dia: R\$ 3,50 Impressão: Grafica Pana

www.jornalodiasp.com.br

IPCA de junho faz Brasil estourar novo modelo de metas de inflação

Os dados da inflação oficial, divulgados na quinta-feira (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que o país estourou o teto da meta de inflação pela primeira vez desde que a forma de apuração do resultado acumulado foi modificada pelo Conselho Monetário Nacional, no início deste ano.

Antes dessa mudança, que passou a valer neste ano, a meta de inflação já havia sido estourada oito vezes.

A meta de inflação determinada pelo CMN é de 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual (p.p.) para mais ou para menos. O teto, portanto, é de 4,5%, e a inflação acumulada não pode superar esse patamar por seis meses consecutivos.

Como o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) marcou 0,24% em junho, a soma de 5,35% em 12 meses foi a sexta consecutiva acima de 4,5%.

Dentro do IPCA de 12 meses apurado em junho, o grupo de produtos e serviços que mais se destacou na alta foi o de alimentos e bebidas, com elevação de 6,66%.

Mudança no regime de metas
Instaurado no país em 1999, o regime de metas de inflação funcionava, até 2024, considerando apenas o resultado fechado de cada ano, de janeiro

a dezembro. Desse modo, a meta só era estourada se o IPCA chegasse em dezembro fora do intervalo de tolerância.

Em 2023, uma resolução do CMN determinou que, de 2025 em diante, a meta deve ser apurada por um padrão que segue exemplos internacionais e é conhecido como “meta contínua”.

Assim, a verificação se desloca ao longo do tempo, não ficando mais restrita ao mês de dezembro de cada ano.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) é composto pelos ministros da Fazenda, do Planejamento e o presidente do Banco Central (BC), e cabe ao Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central perseguir a meta.

Segundo o BC, a utilização da meta contínua evita a caracterização de descumprimento em situações de variações temporárias na inflação. Esse é o caso, por exemplo, de um choque em preços de alimentos ou do petróleo, que façam com que a inflação fique fora do intervalo de tolerância por apenas alguns meses.

Carta aberta

Cada vez que o país estoura a meta de inflação, o presidente do BC tem que divulgar, por meio de carta aberta ao ministro da Fazenda, que preside o CMN, a descrição detalhada das causas do descumprimento, as providências para assegurar o

retorno da inflação aos limites estabelecidos e o prazo no qual se espera que as providências produzam efeito.

No site do BC, estão o histórico de cumprimento ou não da meta e as cartas abertas redigidas.

Além do primeiro semestre de 2025, a inflação ficou fora do intervalo de tolerância nos seguintes anos: 2001, 2002, 2003, 2015, 2017, 2021, 2022 e 2024.

Dos nove episódios de estouro, apenas 2017 ficou abaixo do piso, quando o IPCA terminou o ano em 2,95%. O piso determinado era de 3%.

Em 2002, quando o teto da meta era 5,5%, o IPCA alcançou 12,53%, o maior desde a implantação do regime monetário. Em 2021, ano com efeitos da pandemia, chegou a 10,06%.

Por que perseguir a meta?

De acordo com o BC, o regime de metas de inflação é o conjunto de procedimentos para garantir a estabilidade de preços nos países.

“A meta confere maior segurança sobre os rumos da política monetária, mostrando para a sociedade, de forma transparente, o compromisso do BC com a estabilidade de preços”, diz o BC.

Ainda de acordo com o Banco Central, a previsibilidade “melhora o planejamento das famílias, empresas e governo”.

Se, por um lado, a meta aponta um teto para a subida de

preços, por outro, ela também determina que não seja muito baixa.

Inflação muito baixa ou deflação (queda de preços) também pode ser ruim para a economia, uma vez que, se constante, cria um círculo vicioso que afasta o consumo — as pessoas podem evitar fazer compras na expectativa de os preços caírem mais ainda — e impacta negativamente o crescimento da economia e a geração de emprego.

Efeito dos juros

A principal forma de o BC perseguir a inflação é por meio da taxa básica de juros da economia, a Selic. A elevação da taxa faz com que empréstimos fiquem mais caros — seja para pessoa física ou empresas — e haja um freio na atividade econômica, o que tem potencial de conter aumento de preços. Por outro lado, desestimula investimentos e a criação de emprego e renda.

A Selic é determinada pelo Copom em reuniões que acontecem a cada 45 dias aproximadamente.

Atualmente, a Selic está em 15% ao ano — o maior ponto da trajetória de alta iniciada em setembro de 2024. O presidente do BC, Gabriel Galípolo, tem dito que a Selic deve ficar alta por tempo prolongado, até conseguir empurrar a inflação para dentro da meta. (Agência Brasil)

Produção de grãos deve crescer 14% e chegar a 340 milhões de toneladas

O clima favorável, a ampliação da área plantada, maior investimento tecnológico e estímulo por políticas públicas devem levar o Brasil a uma safra recorde de grãos. A avaliação é da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), no 10º Levantamento da Safra de Grãos 2024/25, divulgado na quinta-feira (10), em Brasília.

A produção brasileira para a safra é estimada em 339,6 milhões de toneladas, um volume que representa aumento de 14,2% em relação à colheita do ciclo anterior. A área cultivada no país totaliza 81,8 milhões de hectares, crescimento de 2,3% na comparação anual. E, segundo a Conab, embora o plantio das culturas de inverno - como trigo e aveia - tenha sido prejudicado por excesso de chuvas na Região Sul, os demais cultivos avançam satisfatoriamente nas diversas etapas do ciclo.

Com produtividade média recorde, a soja deve alcançar produção de 169,5 milhões de toneladas, avanço de 14,7% em relação à safra passada. O milho, somando as três safras, tem produção prevista de 132 milhões de toneladas, um crescimento de 14,3%.

Para o algodão, a produção prevista é de 3,9 milhões de toneladas de pluma. O crescimento de 6,4% na produção reflete o aumento de 7,2% na área cultivada.

O arroz, com colheita encerrada, apresenta recuperação e deve alcançar 12,3 milhões de toneladas, alta de 16,5%. O aumento na área semeada e o bom desempenho climático, sobretudo no Rio Grande do Sul, explicam o resultado, informou a Conab.

No caso do feijão, a produção total estimada é de 3,15 milhões de toneladas, 1,3% inferior ao ciclo anterior, “mas com bom desempenho na primeira safra”, que cresceu 12,8%.

Comércio

Segundo a Conab, a recente elevação da mistura obrigatória de biodiesel no diesel impulsiona o mercado de soja ao aumentar a demanda por esmagamento.

A expectativa é de processamento adicional de cerca de 935 mil toneladas do grão, o que eleva a produção de óleo para 11,37 milhões de toneladas e a de farelo para 43,78 milhões de toneladas, com consequente alta no consumo interno e nos estoques desses derivados. Para a soja em grão, as exportações seguem praticamente inalteradas, com previsão de 106,22 milhões de toneladas.

No milho, o forte crescimento da demanda doméstica, principalmente para a produção de etanol, deve absorver parte do aumento na oferta, estimada em 132 milhões de toneladas.

A previsão é de que 90 milhões de toneladas sejam consumidas internamente, enquanto as exportações podem cair levemente, em meio a uma maior competitividade internacional. Com isso, os estoques finais devem crescer de forma expressiva.

Para o arroz, a recomposição da produção nacional, aliada à perspectiva de queda nos preços internos, deve estimular a retomada das exportações. As importações permanecem estáveis e os estoques finais tendem a aumentar. (Agência Brasil)

Ministro diz que tarifaço de Trump não tem racionalidade econômica

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou, na quinta-feira (10), que a imposição de tarifas comerciais sobre produtos exportados pelo Brasil aos Estados Unidos (EUA) será desastrosa para quem promoveu. Haddad disse, porém, que tal situação não vai se manter e que esse “ataque ao Brasil” não tem racionalidade econômica.

“Não há outra explicação: esse golpe contra o Brasil, contra a soberania nacional, ele foi urdido por forças extremistas de dentro do país. Como eu acredito que o tiro vai sair pela culatra, acredito que isso não pode se sustentar”, disse Haddad em entrevista ao Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé.

Na quarta-feira (9), o presidente dos EUA, Donald Trump, enviou uma carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciando a imposição de uma tarifa de 50% sobre todas as exportações brasileiras ao país norte-americano, a partir do dia 1º de agosto. No documento, Trump justifica a medida citando o ex-presidente Jair Bolsonaro, que é réu no Supremo Tribunal Federal (STF) por tentativa de golpe de Estado.

“A única explicação plausível para o que foi feito ontem é porque a família Bolsonaro urdiu esse ataque ao Brasil, com um objetivo específico, que é escapar do processo judicial que está em curso. Então, a única explicação é de caráter político envolvendo a família Bolsonaro”, disse Haddad. Ele

lembrou que o próprio filho do ex-presidente, deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que está morando nos EUA, manifesta-se publicamente sobre essas intenções.

“O resultado desse tipo de ação vai ser desastroso para quem promoveu, não vai ser bom para quem promoveu. Isso vai trazer implicações graves que não interessam a ninguém. Então, nós temos que buscar pela diplomacia, fazer ver que isso não interessa e talvez quem ajudou a promover esse ataque ao Brasil vai acabar se arrependendo e se mexendo para tentar reparar, com uma retórica totalmente torta, o estrago que já fez”, acrescentou.

Outro ator político que defende as ações do ex-presidente é Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo, estado que, segundo Haddad, será um dos mais afetados pela tarifas norte-americanas. Suco de laranja, máquinas e aeronaves, produzidos em São Paulo, estão entre os principais itens da pauta brasileira aos Estados Unidos.

“A extrema-direita vai ter que reconhecer, mais cedo ou mais tarde, que deu um enorme tiro no pé, porque está prejudicando o principal estado do país, justamente o estado de São Paulo. É o suco de laranja de São Paulo, são os aviões produzidos pela Embraer, que é uma conquista histórica da tecnologia brasileira. Eu penso que o governador errou muito porque, ou bem uma pessoa é candidata a presidente, ou é candidata a vassalo E não

há espaço no Brasil para vassalagem. Desde 1822 isso acabou”, reforçou o ministro da Fazenda.

Resposta

“Eu creio que foi um dia ruim e que nós vamos ter que encontrar um caminho de superar e esquecer que ele aconteceu para boa relação entre dois povos que se gostam”, acrescentou Haddad, ao citar a complementariedade das duas economias, os interesses comuns e os 200 anos de relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos.

O presidente Lula defendeu a soberania do país e afirmou que o tarifaço de Trump será respondido com a Lei de Reciprocidade Econômica. Segundo o ministro da Fazenda, lideranças de diversos setores produtivos [https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-07/entidades-manifestam-preocupacao-com-efeitos-de-tarifaco-de-trump] estão “de cabelo em pé”, buscando apoio do governo para a situação.

Haddad reafirmou a aposta na diplomacia brasileira que, para ele, é reconhecida no mundo como uma das mais profissionais e vai buscar uma solução “em bases econômicas que sejam edificantes para as duas nações”.

“É uma agressão que vai ficar marcada como uma coisa inaceitável e inexplicável, um governo entrar na onda de um político extremista local para atacar um país, 215 milhões de habitantes. Nós temos, nesse momento, que estar unidos, o setor produtivo, o agronegócio, com a indústria paulista que é a

mais afetada”, afirmou.

Multilateralismo

A decisão do presidente americano contra o Brasil ocorre na mesma semana em que Trump e Lula trocaram críticas por conta da realização da cúpula do Brics, bloco que reúne as maiores economias emergentes do planeta, no Rio de Janeiro. Trump chegou a ameaçar os países alinhados ao grupo, o que agora se materializa no caso brasileiro.

O ministro Haddad defendeu o multilateralismo e negociações comerciais diversificadas e disse que o Brasil é grande demais para ser “apêndice de bloco econômico”.

“Nós não estamos dando mais ou menos espaço para quem quer que seja. O Brasil está buscando parcerias para se desenvolver com a maior tranquilidade, com o maior pragmatismo possível”, disse.

“O Brasil acredita numa globalização sustentável. A globalização neoliberal, realmente, não deu certo. Ela produziu enormes desequilíbrios, e isso muito em virtude daquilo que foi a receita do Norte Global. O Norte Global é que colocou a globalização neoliberal como máxima, como objetivo máximo do fim da história. E o que aconteceu foi que houve uma corrida e, nessa corrida, a China levou a melhor”, explicou Haddad sobre a guerra comercial entre China e Estados Unidos. (Agência Brasil)

Mapa vai buscar novos mercados para substituir exportações aos EUA

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) vai buscar novos mercados para serem alternativa às exportações brasileiras que poderão ser afetadas com o anúncio do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de taxar em 50% os produtos importados do Brasil. O ministro Carlos Fávaro disse na quinta-feira (10) que o governo busca minimizar os impactos da decisão dos Estados Unidos.

“Vou reforçar essas ações, buscando os mercados mais importantes do Oriente Médio, do Sul Asiático e do Sul Global, que têm grande potencial consumidor e podem ser uma alternativa para as exportações brasileiras. As ações diplomáticas do Brasil estão sendo tomadas em reciprocidade. As ações proativas vão acontecer aqui no Ministério da Agricultura e Pecuária para minimizar os impactos”, disse Fávaro, em pronunciamento nas redes sociais.

Em carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na última quarta-feira (9), o presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou que as sanções passam a valer a partir do dia 1º de agosto.

Fávaro classificou a ação do governo norte-americano como

“indecente” e disse que o governo brasileiro está agindo de forma proativa. Ele relatou que já conversou com as principais entidades representativas dos setores mais afetados, como de suco de laranja, de carne bovina e de café para encontrar alternativas.

“Para que possamos, juntos, ampliar as ações que já estamos realizando nos dois anos e meio do governo do presidente Lula em ampliar mercados, reduzir barreiras comerciais e dar oportunidade de crescimento para a agropecuária brasileira”.

No setor de agronegócio, açúcar, café, suco de laranja e carne representam os principais itens da pauta brasileira aos norte-americanos. Segundo especialistas ouvidos pela Agência Brasil, um dos efeitos colaterais de curto prazo deve ser a queda de preços no mercado interno, especialmente das commodities agrícolas que deixarão de ser exportadas.

A Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) já calcula que a medida de Trump tornará o custo da carne brasileira tão alto que inviabilizará a venda do produto para os Estados Unidos. (Agência Brasil)





O JORNAL CERTIFICA AS PUBLICAÇÕES LEGAIS
COM PONTUALIDADE E TRANSPARÊNCIA,
CUMPRINDO AS NORMAS JURÍDICAS.
AFINAL, O JORNAL É LEGAL.









Inscrições do Fies para este semestre começam na segunda-feira

Lira amplia redução parcial de IR para quem ganha até R\$ 7.350

O relator do projeto de lei que reforma o Imposto de Renda (IR), deputado Arthur Lira (PP-AL), manteve em 10% a alíquota máxima a ser cobrada das pessoas que ganham a partir de R\$ 1,2 milhão por ano. Nos últimos dias, havia a expectativa de que ele reduziria a alíquota efetiva para 8%.

O deputado apresentou na quinta-feira (10) o parecer do projeto para votação na comissão especial. Lira elevou de R\$ 7 mil para R\$ 7.350 por mês a faixa de renda a ser beneficiada com redução parcial do IR. O projeto de lei estende a isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil mensais e, na versão original, previa reduções para quem ganha até R\$ 7 mil.

“Esse projeto pode dar início a um debate mais aprofundado sobre a reforma da renda no Brasil. Mas, inicialmente, ele foi construído para isentar completamente quem ganha até R\$ 5 mil, proporcionalmente quem ganha até pouco mais de R\$ 7 mil e para fazer justiça tributária neste país. Mas o princípio maior que se pregou é o da neutralidade”, declarou Lira.

Lira leu o parecer nesta tarde na comissão especial da reforma do IR. Em seguida, o texto passará por um pedido de vista coletiva, com a votação na comissão prevista para a próxima semana.

A intenção é votar o projeto no plenário da Câmara dos Deputados em agosto.

Mudanças
O relator fez algumas mudanças em relação ao texto original. Lira retirou o dispositivo que estabelecia que a soma da alíquota efetiva da pessoa física mais a alíquota efetiva paga pela jurídica não ultrapassasse a alíquota nominal de 34% cobrada das empresas em geral, ou de 40% para as resseguradoras e 45% no caso das instituições financeiras. A mudança deve elevar a arrecadação federal.

O deputado também incluiu no relatório a autorização para que União use qualquer excedente de receita com o imposto mínimo, cobrado de quem ganha a partir de R\$ 600 mil por ano, com alíquota de 10% para rendas anuais a partir de R\$ 1,2 milhão) como fonte de compensação para o cálculo da alíquota de referência da Contribuição de Bens e Serviços (CBS). Criada pela reforma tributária do consumo, a CBS substituirá cinco tributos federais a partir de 2027.

Lira também retirou os títulos incentivados, como LCIs, LCAs, CRIs, CRAs, FIs, Fiangros e outros, da base de cálculo do imposto mínimo efetivo da alta renda. A mudança diminuirá a arrecadação federal.

Recentemente, o governo editou uma medida provisória com o fim da isenção desses instrumentos financeiros. Sem o imposto zero, os rendimentos dos títulos incentivados entrariam na base de cálculo do imposto mínimo efetivo, o que foi excluído por Lira.

Lira, no entanto, não mexeu na maior parte do texto, mantendo a previsão de cobrar 10% de IR sobre dividendos recebidos por acionistas pessoas físicas domiciliados no Brasil, caso recebam mais de R\$ 50 mil por empresa. Os dividendos são a parcela do lucro que as empresas pagam aos acionistas e, desde a década de 1990, são isentos de IR.

O deputado também manteve a tributação de 10% de tributação sobre dividendos enviados ao exterior, mas instituiu três exceções à cobrança: quando remetidos para governos estrangeiros, desde que haja reciprocidade de tratamento; remessas a fundos soberanos; e remessas a entidades no exterior que administrem benefícios previdenciários. (Agência Brasil)

As inscrições para o processo seletivo deste semestre do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) poderão ser feitas a partir da próxima segunda-feira (14). O prazo termina às 23h59 do dia 18 de julho, no horário de Brasília.

As datas estão previstas em edital publicado pelo Ministério da Educação (MEC), na quarta-feira (9).

As inscrições são gratuitas. Os interessados deverão se inscrever exclusivamente pelo Portal Único de Acesso ao Ensino Superior.

Desde 2001, o programa federal financia a graduação em instituições de educação superior privadas, com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), com o objetivo de promover a inclusão educacional.

Neste ano, o MEC oferece 112.168 vagas para o Fies, sen-

do 67.301 vagas, no primeiro semestre; e 44.867, na segunda metade do ano.

Quem tem direito:

Os candidatos em obter o financiamento estudantil devem atender aos seguintes requisitos:

Ter participado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a partir da edição de 2010;

Nas cinco provas do Enem, ter conquistado média aritmética das notas igual ou superior a 450 pontos e não ter zerado a prova de redação;

Ter renda bruta familiar mensal por pessoa de até três salários mínimos (R\$ 4.554, em 2025).

Fies Social

O edital do processo seletivo reserva 50% das vagas para o Fies Social, lançado em 2024. Para concorrer, os candidatos devem ter inscrição ativa no Cadastro Único para Pro-

gramas Sociais do governo federal (CadÚnico) e renda familiar por pessoa de até meio salário mínimo (R\$ 759, em 2025).

A nova modalidade lançada pelo MEC permite financiamento de até 100% dos encargos educacionais, cobrados pela instituição de ensino superior, além de reservar cotas para pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência.

Classificação

A classificação no processo seletivo do Fies será realizada de acordo com a ordem decrescente das notas obtidas pelos candidatos no Enem, por tipo de vaga, grupo de preferência e modalidade de concorrência.

A ordem de prioridades considera os que candidatos que:

Não concluíram o ensino superior e não foram beneficiados pelo financiamento estudantil;

Foram beneficiados pelo

financiamento estudantil, mas não o quitaram;

Concluíram o ensino superior sem financiamento estudantil;

Concluíram o ensino superior com financiamento estudantil e o quitaram.

Resultados

O Fies tem chamada única e lista de espera. O resultado com os nomes dos pré-selecionados na chamada única será divulgado no dia 29 de julho.

Aqueles estudantes de graduação que não forem pré-selecionados estarão automaticamente na lista de espera para preenchimento das vagas não ocupadas, observada a ordem de classificação.

A pré-seleção da lista de espera ocorrerá de 5 de agosto a 19 de setembro. (Agência Brasil)

Mariana: pescadores e agricultores começam a receber reparação

Pescadores artesanais e agricultores familiares atingidos pelo rompimento da barragem de rejeitos de mineração da empresa Samarco, em Mariana (MG), começaram a receber na quinta-feira (10) o Programa de Transferência de Renda (PTR) no valor de 1,5 salário mínimo. O pagamento é parte do último acordo para compensar os danos causados pelo desastre ocorrido há quase dez anos, em novembro de 2015.

De acordo com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República 22 mil pescadores e 13,5 mil agricultores têm direito à renda que será paga ao longo de quatro anos. São trabalhadores do Espírito Santo e Minas Gerais que ficaram sem fonte de renda depois que a lama tóxica despejada com o rompimento da barragem contaminou rios e matou peixes e animais.

“Nós consideramos que é um avanço terem reconhecido a necessidade de um programa de transferência de renda, visto que os programas anteriores de auxílios mensais eram insuficientes para o tipo de dano de problema gerado”, afirma Thiago Alves,



Foto: Antonio Cruz

integrante da Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens.

Os valores serão pagos pela Caixa Econômica Federal em conta poupança e poderão ser movimentados pelo aplicativo Caixa Tem, sendo possível pagar contas, fazer transferências e realizar compras com o cartão de débito virtual. Os pescadores e agricultores também receberão um cartão de débito físico que será disponibilizado na agência de seu município.

Ao todo serão destinados R\$ 3,7 bilhões a serem pagos em parcelas de 1,5 salário mínimo em 36 meses e mais 12 parcelas de um salário mínimo. O valor

é referente a parte do total de R\$ 100 bilhões repassados aos entes públicos após um acordo de repactuação entre as empresas sócias da Samarco, os governos federal e dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, a Defensoria Pública da União e o Judiciário.

O acordo foi homologado em 2024 pelo Supremo Tribunal Federal e define ainda um programa de recuperação econômica, com investimentos em medidas de saúde, educação e projetos sociais. “As pessoas atingidas integram uma camada muito empobrecida da população, que foi ainda mais empobrecida pelo rompimento. No

geral, é uma camada que vive na informalidade, principalmente os pescadores, a maioria vive sem documentos ou com documentos que não são registros profissionais”, explica.

A partir desse perfil, o Movimento dos Atingidos por Barragens entende que o número de trabalhadores alcançados pelo Programa de Transferência de Renda ainda é subestimado. “A exigência do Registro Geral da Pesca, o RGT, e do CAF, o Cadastro da Agricultura Familiar, apesar de serem documentos básicos da política pública, exclui muitos atingidos, que além dos prejuízos causados pelo rompimento ainda perderam a confiabilidade de seus produtos pela contaminação”, diz Thiago Alves.

Na avaliação do integrante do movimento, é necessário acelerar a destinação dos recursos às outras medidas previstas no acordo que também alcançam essa população. “O tempo está passando e existe um tempo jurídico formal, que, inclusive, é impactado pelas eleições, portanto é importante ter urgência nessa implementação”. (Agência Brasil)

Pesquisadores criam prótese com antibiótico para tratar infecções

A substituição de articulações desgastadas por próteses tem trazido melhor qualidade de vida para pessoas com diferentes quadros de saúde, especialmente idosos, que conseguem voltar a se locomover sem dor após o procedimento. Mas, em alguns casos, a melhora é interrompida por infecções, que demandam um longo tratamento com antibióticos e a retirada das próteses, devolvendo o paciente a uma rotina com limitações.

Um projeto desenvolvido por pesquisadores paranaenses pretende ajudar a mudar esse percurso, com uma prótese biodegradável, fabricada em impressora 3D a partir de um polímero plástico que pode ser associado com antibióticos. O material está em fase de testes clínicos e foi aplicado, até agora, em 15 pacientes, que receberam próteses de quadril no Hospital Universitário Cajuru em Curitiba, com resultados preliminares positivos.

“Hoje não existe no SUS uma prótese temporária com antibiótico que seja acessível. As que existem são importadas e de alto custo”, ressalta o professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Saúde da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Felipe Francisco Tuon, que lidera o projeto.

Atualmente, quando o paciente desenvolve uma infecção, ele precisa retirar a prótese permanente de titânio e ficar sem nenhum substituto enquanto a doença é tratada, o que costuma levar pelo menos seis meses. “Nesse tempo, a pessoa vai sentir dor. Dependendo do local da prótese, ela não vai conseguir andar. E fica um espaço vazio, o que aumenta a chance de ter hematoma, uma nova infecção, e acaba acon-

tecendo uma retração muscular”, complementa o pesquisador.

A prótese de polímero foi pensada para substituir a permanente durante o tempo de tratamento, com o adicional do antibiótico, que ajuda a controlar a infecção diretamente no local afetado. Depois que a batalha contra as bactérias é vencida, o paciente pode receber novamente a prótese permanente, com menos riscos de complicações.

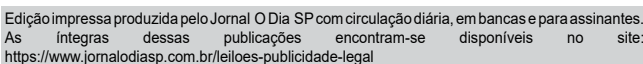
O uso da impressora 3D também é uma grande vantagem, já que permite tanto a produção em larga escala de modelos padronizados, com um baixo custo, quanto de peças personalizadas.

“Para alguns pacientes que necessitem de uma prótese de tamanho diferente do padrão, é possível fazer uma tomografia computadorizada, e construir uma prótese com as características específicas para aquele paciente”, complementa Tuon.

Os pacientes que receberam a prótese temporária de quadril continuam sendo avaliados, e a pesquisa espera fazer testes clínicos com pessoas que precisam de prótese no joelho e no ombro no ano que vem.

A equipe também está ampliando a estrutura de produção, após receber um financiamento de R\$ 3 milhões do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O novo centro de impressão 3D vai permitir que as próteses sejam enviadas à rede pública de todo o Brasil.

“O objetivo é fornecer as próteses para todos os hospitais que quiserem participar do projeto. A gente tem aqui capacidade de produção e material para anos de próteses”, conclui Tuon. (Agência Brasil)



SEXTA-FEIRA, 11 DE JULHO DE 2025
 ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

CNPJ nº 61.077.129/0001-92 - NIRE nº 35.3.0003823-1 - Capital Fechado - em liquidação

DATA, Hora e Local: 23/07/2024, às 15:00, na sede social da Sociedade, localizada na Av. Anelão da Nóbrega 424-B, Capuaçu, Mauá/SP. **II. Convocação:** dispensada a publicação, nos termos do §4º, do artigo 124 da Lei 6.404/76, uma vez que todos os acionistas compareceram à Assembleia. **III. Presenças:** Acionista representando 100% do capital votante da Companhia. **IV. Mesa:** Presidente: Fernando Castari de Rizzo. Secretário: Luis Antonio Grisoito Lacerda. **V. Ordem do Dia:** I) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, bem como o Relatório do Liquidante e parecer dos Auditores Independentes; 2) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2023. **VI. Deliberações:** Foi dado início aos trabalhos, com a leitura da Ordem do Dia e a leitura dos documentos apresentados. **Deliberação 1:** Apreciar e aprovar as demonstrações financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, visto que os referidos documentos foram colocados à disposição da acionista; e (ii) a lavratura da ata em forma de sumário, como faculta o §1º do artigo 130 da Lei 6.404/76. Assim, o Presidente colocou em discussão e votou as matérias da ordem do dia, tendo a acionista presente deliberado, por unanimidade e sem ressalvas: i) Aprovar, abstendo-se de votar o legalmente impedidos, o Relatório do Liquidante, bem como as demonstrações financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023. 2) Deixar de distribuir dividendos em face da inexistência de lucro líquido no exercício. **VII. Encerramento:** Tendo sido atendidas todas as formalidades legais, o Sr. Presidente determinou a lavratura da presente ata que, depois de lida, foi assinada pelos presentes, encerrando-se a presente Ata. **Certificamos** que a presente ata foi lavrada e assinada conforme o previsto no artigo 130 da Lei das Assembleias Gerais da Companhia. **Fuções:** Gerente S/A: **SOFONE LACERDA** (liquidador). **Assinada por:** Mesa: Fernando Castari de Rizzo - Presidente; Luis Antonio Grisoito Lacerda - Secretário. Acionista: Tupy S/A. (Fernando Castari de Rizzo e Fabio Pena Neto) e Fernando Castari de Rizzo. Mauá/SP, 23/07/2024. Luis Antonio Grisoito Lacerda - Secretário. JUCESP: 340.500/24-4 e 16/09/2024. Maria Cristina Freij - Secretária Geral.

CNPJ nº 40.473.435/0001-78 – NIRE 35.300.619.129

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30.12.2024

Data, Hora, Local: Em 30.12.2024, às 11h, na sede social da Repassas Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A., Avenida Paulista, 688, Edifício Santa Filippa, 12º andar, sala 02, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-909. **Mesa:** Presidente: Pedro Lins Meira Quintão; Secretária: Ticiania Cabrita de Amorim. **Quórum de Instalação:** Totalidade do Capital Social. **Edital de Convocação:** Dispensada a publicação de conformidade com o disposto no §4º do Artigo 21 da Lei nº 6.404/76. **Lavratura da Ata:** Os acionistas presentes aprovaram a lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º da Lei nº 6.404/76. **Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre o aumento do capital social e alteração no Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** Instalada a Assembleia, os acionistas decidiram, por unanimidade: (i) Aprovar o aumento do capital social da Companhia a ser realizado via aporte em moeda corrente do país, no valor de R\$26.600.000 (vinte e seis milhões e seiscientos mil reais), mediante a emissão de 358.081 (trezentas e cinquenta e oito mil e oitenta e uma) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de aproximadamente R\$74,28 (setenta e quatro reais e vinte e oito centavos), a ser totalmente integralizado pela acionista Cubos Holding Participações Ltda., nesta data. Desta forma, altera-se o capital social da Companhia de R\$62.014.507,11 (sessenta e dois milhões, quatorze mil, quinhentos e sete reais e onze centavos), para R\$88.614.507,11 (oitenta e oito milhões, seiscientos e quatorze mil, quinhentos e sete reais e onze centavos) dividido em 450.256 (quatrocentos e cinquenta mil, duzentas e cinquenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. (ii) Aprovar a alteração da redação do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social para formalização do aumento de capital ora aprovado, o qual passará a vigorar com a seguinte redação, após homologação pelo Banco Central do Brasil: "Art. 6º) O capital social da Companhia é de R\$88.614.507,11 (oitenta e oito milhões, seiscientos e quatorze mil, quinhentos e sete reais e onze centavos), dividido em 450.256 (quatrocentos e cinquenta mil, duzentas e cinquenta e seis) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado." **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que, aprovada por todos os presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente: a) Presidente: Pedro Lins Meira Quintão; Secretária: Ticiania Cabrita de Amorim; Acionistas Cubos Holding Participações Ltda. representada por seus diretores Vinícius Urias Favarão e Pedro Lins Meira Quintão; b) Ticiania Cabrita de Amorim e Victor de Souza Tavares. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. a) Pedro Lins Meira Quintão - Presidente e Ticiania Cabrita de Amorim - Secretária. **Certidão** - Secretária de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certificado o registro sob número 217.2453/25-9 em 30.6.2025. a) Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

NIRE 35300028252 - CNPJ/MF n.º 52.311.347/0001-59

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2025.

Data: Hora Local: Aos 26/06/2025, às 10h00, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Baldan, nº 1.500, Nova Matão, CEP 15993-000, na cidade de Matão/SP. **Convocação:** Realizada de forma pessoal pelo Presidente do Conselho de Administração, com a presença da totalidade do capital social, dispensando-se, portanto, a publicação de edital, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76. **Presença:** Acionistas representando 100% do capital social votante, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas, em anexo. **Quórum:** O quórum para a realização da Assembleia Geral Extraordinária foi de 100%. **Emenda ao Estatuto Social Extraordinária:** a) Deliberação sobre alteração do Estatuto Social sendo: Artigos 18, inclusão do Artigo 18A, e atualização dos Artigos 20, 21, 23, 24 (súculo) e 25 do Estatuto Social, exclusivamente para atualização da estrutura e nomenclatura da Diretoria Executiva. **Deliberações:** Após discussões, os acionistas deliberaram por unanimidade e sem quaisquer restrições, aprovar a modificação dos Artigos 18; inclusão do Artigo 18A; atualização dos Artigos 20, 21, 23, 24 (súculo) e 25 do Estatuto Social Estatuto Social, passando a vigorar com as seguintes redações: **"Artigo 18A** A Diretoria Executiva será composta por, no mínimo, 2 e, no máximo, 7 membros, todos residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 ano, permitida a reeleição." **"Artigo 18B** A Diretoria será formada por 1 Diretor Presidente e até 6 Diretores, cujas designações funcionais serão atribuídas pelo Conselho de Administração no ato da eleição, de acordo com as áreas de atuação e responsabilidades estratégicas da Companhia;" **Artigo 20** Os documentos decorrentes da realização dos fins sociais serão assinados sempre por 2 diretores, sendo um deles, obrigatoriamente, o Diretor Presidente, ou por 1 diretor e 1 procurador nomeado necessariamente pelo Diretor Presidente." **"Artigo 21** Para a constituição de procuradores o instrumento de mandato deverá ser assinado sempre por 2 Diretores, sendo um deles, obrigatoriamente, o Diretor Presidente, ou por 1 diretor e 1 procurador nomeado necessariamente pelo Diretor Presidente. As procurações deverão especificar os poderes que são conferidos, e, com exceção das outorgadas para fins judiciais, somente serão válidas se outorgadas por tempo determinado e não superior a 1 ano." **"Artigo 23A** A Diretoria Executiva reunir-se-á sempre que for necessário e as deliberações serão tomadas por decisões da maioria dos votos das presentes na reunião. Em caso de empate, caberá ao Diretor Presidente o voto de desempate." **Artigo 24 - Súculo** Ao Diretor Presidente competirá presidir as reuniões da Diretoria Executiva, o qual escolherá entre os presentes, o Secretário. Na ausência do Diretor Presidente, os demais Diretores escolherão o Presidente dos trabalhos." **Artigo 25F** Aos Diretores Executivos ficam atribuídas de forma específica as seguintes funções: Ao Diretor Presidente compete: a. Gerenciar a Companhia, representá-la na forma do estatuto, implementar, após deliberação e aprovação do Conselho de Administração, todo o plano diretor da Companhia. b. Indicar e vetar a contratação de funcionários em nível subalterno à Diretoria, supervisor, coordenar e dirigir as atividades dos demais Diretores sem designação, gerentes de área e a contabilidade, preparando e firmando, juntamente com os demais Diretores, os balanços patrimoniais, especiais e demonstrações financeiras da Companhia. c. Estabelecer e gerenciar todo o plano de negócios da Companhia. d. Representar a Companhia perante o Conselho de Administração e perante as atividades da Diretoria Executiva, e representar a Diretoria perante o Conselho de Administração e perante a Assembleia Geral, quando chamada a tanto, e contribuir para o dinamismo dos negócios sociais, fiscalizar a observância das determinações do Estatuto Social da Companhia, das determinações das Assembleias Gerais e das determinações do Conselho de Administração em observância ao previsto no presente Estatuto." Adicionalmente ratificam que as demais disposições do Estatuto Social permanecem inalteradas e em pleno vigor. Fica consignado, ainda, que a Companhia não procederá à consolidação do Estatuto Social neste ato, e que esta ata deverá ser interpretada e aplicada em conjunto com o Estatuto Social vigente, produzindo todos os efeitos legais e estatutários a partir da presente data, até que eventual consolidação futura seja formalmente deliberada. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Matão, 26/06/2025. Walter Baldan Filho – Presidente da Mesa; Renato José Mastropietro – Secretário. Assinaturas: Walter Baldan Filho - Presidente da Assembleia; Renato José Mastropietro - Secretário da Assembleia; Acionistas: (a) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (b) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (c) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (d) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (e) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (f) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (g) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (h) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (i) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (j) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (k) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (l) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (m) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (n) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (o) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (p) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (q) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (r) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (s) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (t) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (u) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (v) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (w) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (x) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (y) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (z) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (aa) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (ab) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (ac) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (ad) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (ae) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (af) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (ag) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (ah) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (ai) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (aj) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (ak) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (al) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (am) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (an) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (ao) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (ap) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (aq) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (ar) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (as) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (at) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (au) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (av) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (aw) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (ax) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (ay) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (az) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (ba) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (bb) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (bc) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (bd) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (be) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (bf) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (bg) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (bh) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (bi) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (bj) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (bk) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (bl) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (bm) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (bn) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (bo) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (bp) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (bq) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (br) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (bs) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (bt) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (bu) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (bv) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (bw) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/0001-77) - Renata Baldan, (bx) Genova Participações Ltda (CNPJ 1.962.889/

CNPJ nº 37.232.210/0001-15 - NIRE 35.300.570.260

EXTRATO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

ÀS 13h/21h/2024, às 11h, na sede social. **Convocação e Presenças:** Dispensada, presença de acionistas titulares de 100% das ações de emissão da Companhia. **Mesa:** **Presidente,** Ricardo Laham; **Secretário,** Fernando Hamoui. **Deliberações:** (i) reeleger os atuais membros do Conselho de Administração; **a) Fernando Hamoui,** CR 37.771.535/SP (SPP/SP, CF 1401.012.238-99); **b) Felipe Sabbag Pontes,** RG 5401396 (SSP/GO, CPF 037.237.741-6); e **c) Rishi Patel,** Passaporte 124708482, todos com mandato unificado de um ano que iniciará o fim dos seus atuais mandatos – i.e., em 17/03/2025; (ii) aprovar que, até o término de seu novo mandato, os membros do Conselho de Administração ora reeleitos não farão jus ao recebimento de qualquer remuneração em função do exercício de seus cargos de membros do Conselho de Administração, fazendo jus somente ao reembolso das despesas que incorrerem em virtude do exercício de suas funções; (iii) aprovar integralmente e sem restrições o Protocolo, o qual estabelece os termos e condições da incorporação da Incorporada pela Companhia e cuja cópia integra a presente ata como seu **Anexo I**; (iv) ratificar a indicação e a nomeação da Avaliadora, responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação do ativo líquido da Incorporada; (v) aprovar, integralmente e sem restrições, o Laudo de Avaliação subscrito pelo Sr. **Fábio Roberto Benvidio,** RG 27.116.076-7 – SSP/SP, CPF 274.615.008-56, e CRC SP 255.684/0-3, na qualidade de representante legal da Avaliadora, que avaliou o ativo líquido da Incorporada no valor de R\$ 1.150.909,01 e cuja cópia integra a presente ata como seu **Anexo II**; (vi) aprovar, integralmente e sem restrições, a incorporação da Incorporada pela Companhia, nos termos e condições definidos no Protocolo e de acordo com os valores e especificados no Laudo de Avaliação elaborado pela Avaliadora, de modo que, por consequência, a Incorporada é

inal, com preço de emissão de R\$ 1,72 por ação, fixa

[illegible]

CNPJ Nº 05.800.256/0001-05

Relatório da Administração

Senhores acionistas, atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31/12/2024

Balanco patrimonial 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)					
ATIVO	2024	2023	PASSIVO	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	62.267	14.892	Fornecedores	306.620	398.415
Títulos e valores mobiliários	46.728	60.008	Cessão de créditos de fornecedores		
Contas a receber de clientes	68.119	102.532	com terceiros	21.827	21.512
Estoques	332.530	363.796	Empréstimos e financiamentos	31.865	15.818
Impostos a recuperar	15.074	22.960	Mútuo a pagar	86.727	
Imposto de renda e contribuição social	-	192	Obrigações trabalhistas	22.473	22.712
Despesas antecipadas	4.381	2.767	Impostos a recolher	17.167	22.382
Outras contas a receber	21.167	1.386	Imposto de renda e contribuição social	13.935	5.748
Total do ativo	550.286	568.353	Parcelamento de impostos	43.339	40.677
Depósitos judiciais	8.865	5.894	Passivo de arrendamento	698	919
Ativo a recuperar - PERT	3.695	3.895	Outras contas a pagar	566.325	545.617
Impostos a recuperar	3.315	4.677	Total do passivo circulante	53.388	42.400
Ativo fiscal diferido	-	50.240	Empréstimos e financiamentos	80.842	-
Outras contas a receber	-	-	Mútuo a pagar	83.814	-
Total do realizável a longo prazo	15.875	64.506	Parcelamento de impostos	73.846	83.034
Imobilizado	184.776	234.445	Passivo de arrendamento	391.184	389.274
Direito de uso	297.910	375.915	Provisões para contingências	55.372	41.746
Intangíveis	7.339	6.919	Outras obrigações	25.142	
	490.025	617.279	Total do passivo não circulante	598.532	637.546
Total do ativo não circulante	505.900	681.785	Patrimônio líquido		
			Capital social	67.832	67.832
			Reservas de incentivo fiscal	10.051	10.03
			Resultados acumulados	(186.534)	(110.73)
			Total do patrimônio líquido	(109.071)	67.161
			Total do passivo	1.165.257	1.183.159
			Total do passivo e patrimônio líquido	1.056.186	1.250.318
Total do ativo	1.056.186	1.250.318			

Demonstração do resultado			Extrato das Notas Explicativas às Demonstrações		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023			Financeiras para o Exercício Findo		
(Em milhares de reais)			em 31 de dezembro de 2024 e 2023		
	2024	2023			
Receita Líquida	2.893.389	3.010.927	1. Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.		
Custo das vendas	(2.468.717)	(2.533.940)			
Lucro Bruto	424.672	476.987			
Despesas administrativas	(229.249)	(57.434)			
Despesas com vendas	(504.348)	(492.682)			
Outras receitas operacionais	277.853	133.391	2. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônico(a) https://www.iodmoldiaso.com.br .		
Resultados antes das receitas					
(despesas) financeiras e impostos	(32.072)	(60.802)			
Receitas financeiras	6.515	3.379			

Despesas financeiras	(87.937)	(98.860)
Despesas financeiras		
Receitas (despesas)		
financeiras líquidas	(81.422)	(95.481)
Resultado antes dos impostos	(113.494)	(34.679)
Imposto de renda		
e contribuição social	(62.737)	20.276
Correntes	(12.497)	8278
Diferidos	(50.240)	19.448
Prejuízo do exercício	(176.231)	(14.403)
Demonstração do resultado abrangente		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023		
(Em milhares de reais)		
	2024	2023
Prejuízo do exercício	(176.231)	(14.403)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(176.231)	(14.403)
A Diretoria		

Extrato do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	
As demonstrações contábeis individuais e consolidadas completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas completas estão disponíveis eletronicamente no seguinte endereço: https://www.jornalodiap.com.br . O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas foi emitido em 09 de junho de 2025.	
São Paulo, 09 de junho de 2025.	
ERNST & YOUNG	
Auditores Independentes S/S Ltda.	
CRC SP 034519/O	
Patricia Nakano Ferreira	
Controladora CRC SP 34620/O	
Deborah Cardenas Lima - CRC SP-235702/O-6	

CNPJ nº 10.652.751/0001-46 - NIRE 35.3.0064220-1

[illegible]

CNPJ/MF 35.510.386/0001-66 - NIRE 35235709521

[illegible]

(Em Constituição)

Ata da Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações Realizada em 21 de Maio de 2025
15/25/25, às 10hs, na sede da Companhia. **Presença:** Subscritores da totalidade do capital social. **Mesa:**
Presididos pelo Sr. José Mário Lima de Freitas; e secretariados pelo Sr. Marcílio Carlos Bovolini. **Deliberações:**
por unanimidade: **a) Aprovar** a constituição da Companhia, uma sociedade por ações sob a denominação
Conexão Xp Ilheus S.A., com sede no São Paulo/SP na R. Bela Colina, 1149, 8º andar, Cj. 81, Sala Pm
1149, 8º andar, bairro Bela Colina, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ nº 14.083.433/2025, com
qualquer localidade no Brasil; **b) Aprovar** o projeto de Estatuto Social preparado pelos acionistas fundadores
da Companhia, que será arquivado na sede; **c) Declarar** formalmente constituída a **Conexão Xp Ilheus S.A.**,
ou se verificar que foram observadas todas as formalidades legais; **d) Eleger**, os diretores, o Sr. **JOSÉ MÁRIO LIMA DE FREITAS**, para o cargo de Diretor Geral e o Sr. **MARCÍLIO CARLOS BOVOLINI**, para o cargo de Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento; **e) Não Instalar** o Conselho Fiscal para o presente exercício social; **f) Consignar** que os administradores da Companhia farão jus à remuneração a ser paga pela Companhia, que será aprovada futuramente pela Assembleia Geral; **g) Consignar** que as publicações dos atos societários da Companhia serão realizadas nos sites <https://www.jornaldiasp.com.br> e <https://www.boileos-publicidade-legal.com.br>. **Encerramento:** Os termos do presente Ata foram lidos e aprovados por unanimidade. **Assinaturas:** Araújo, Silveira, OAB nº 14.083.433/2025, JUCESP/NIREJ 3530006568-6 em 4/25, Alzio E. Soares Junior - Secretário Geral em exercício. O inteiro teor desse documento com a consolidação do Estatuto Social, poderá ser consultado na versão digital do jornal <https://www.jornaldiasp.com.br/boileos-publicidade-legal/> desta data.

CNPJ/ME nº 41.008.985/0001-89 - NIRE 35300565509

ATA DAS ASSIMILAÇÃO GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2023

1. Data, Hora e Local: Aos 13 (treze) dias do mês de dezembro de 2023, às 10:00 (dez) horas, na sede social da Travessa Securizadora de Créditos Financeiros XXIV S/A, "Companhia", localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bandeira Paulista, 600 CJ 44 e 13, Itaim Bibi, CEP 04532-901. **2. Convocação, Presença e Publicação:** Dispensada a convocação, em razão da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **3. Mesa Presidente:** Sr. Vinicius Bernardes Balseiro Silva. **Secretaria:** Sra. Thaís de Castro Montoro. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a alteração da sede social da companhia; e (ii) a autorização para que o Conselho de Administração e a Diretoria, conforme o caso, pratiquem todos os atos necessários para a implementação da deliberação acima. **5. Deliberações:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, os acionistas aprovam: **5.1.** a alteração da sede social da Companhia que passa da Rua Bandeira Paulista, 600 CJ 44 S13, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04532-901 **para** a Rua Tabapuã, nº 41, 13º andar, sala F24, Itaim Bibi, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04533-900; e **5.2.** Autorizar, expressamente, o Conselho de Administração e a Diretoria, conforme o caso, a praticarem todos os atos necessários para a implementação e formalização das deliberações contidas nesta ata. **6. Encerramento, Lavatura e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a tratar, a Assembleia foi encerrada e lavrada a presente ata em forma de sumário, conforme admitido pelo artigo 130, parágrafo 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações, que lida e achada conforme, foi assinada pelos acionistas presentes. **7. Assinaturas:** Presidente: Sr. Vinicius Bernardes Balseiro Silva. **Secretaria:** Sra. Thaís de Castro Montoro. **Acionistas Presentes:** Travessa Assessoria Financeira Ltda. e Vinicius Bernardes Balseiro Silva. **Certifico** que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio. Mesa: **Sr. Vinicius Bernardes Balseiro Silva** - Presidente. **Sra. Thaís de Castro Montoro** - Secretária. **Acionistas Presentes:** **Travessa Assessoria Financeira Ltda.** **Vinicius Bernardes Balseiro Silva** **Juicsep nº 484. 996/23-0 em 22/12/2023, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023						
(Em milhares de reais)						
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023						
	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos	Reserva de Incentivos Fiscais	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	57.000	2.035	9.164	-	(7.314)	60.885
Aumento de Capital	20.000	-	-	-	-	20.000
Educação de Capital (9.168)	-	-	-	-	-	(9.168)
Reserva Legal	-	(2.035)	-	-	2.035	-
Reserva de investimentos	-	-	(9.164)	-	8.979	(185)
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	-	10.031	-	10.031
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(14.403)	(14.403)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	67.832	-	-	10.031	(10.703)	67.160
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024						
	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos	Reserva de Incentivos Fiscais	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	67.832	-	-	10.031	(10.703)	67.160
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(176.231)	(176.231)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	67.832	-	-	10.031	(186.934)	(109.071)

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)				
	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			(7.263)	7.470
Treceijo (liquidez) do exercício	(176.231)	(14.403)	138.923	68.784
Justas por:			(8.965)	(6.406)
emissão	30.562	30.133	-	-
apreciação direito de uso	51.011	46.413	(511)	(6.204)
amortização	1.478	1.272	-	(219)
Juros em operações de arrendamento	48.854	48.155	(48.854)	(48.155)
resultado na baixa e/ou venda	-	-	-	-
de ativo imobilizado e intangível	1.442	4.571	80.593	8.801
resultado na baixa direito de uso	-	(1.449)	-	-
provisão para contingências	15.769	32.136	(19.865)	(13.010)
provisão para outras obrigações	25.142	-	(1.901)	(3.471)
provisão para perda de estoques	(3.127)	3.013	-	9.168
imposto de renda e contribuição	-	-	-	-
social - corrente e diferido	58.428	(22.482)	(21.766)	(7.313)
Juros sobre meios apropriados	7.850	7.215	-	-
provisão para empréstimos apropriados	4.745	13.978	-	-
(eversão) provisão para perdas	-	-	-	-
esperadas de créditos	128	(930)	-	-
provisão de perda por redução	-	-	39.777	-
de valor recuperável	110.741	-	24.500	39.777
encadernados de aplicação com	-	-	-	(1185)
titulos imobiliários	-	934	-	10.031
	176.792	148.556	(17.590)	(3.800)
Pagamento de passivo de arrendamento	-	-	(41.567)	(35.250)
empréstimos e financiamentos	-	-	(16.977)	(48.082)
Fornecedores risco sacado	13.280	(60.942)	-	-
(Cessão de Fornecedores)	34.285	(24.278)	-	-
Cessão de Fornecedores)	34.382	(5.368)	315	3.784
Fluxo de caixa liquido consumido	9.441	3.013	-	-
atividades de financiamento	(19.800)	26	(11.452)	(22.640)
Aumento (Redução) em caixa	(1.615)	(674)	-	-
e equivalentes de caixa	(2.971)	(2.895)	47.375	(21.152)
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-
no inicio de exercicio	(89.794)	12.272	14.892	36.044
Caixa e equivalentes de caixa	(5.220)	179	-	-
no final de exercicio	(239)	3.250	62.267	14.892
Aumento (Redução) em caixa	(2.144)	(7.399)	-	-
e equivalentes de caixa	(221)	(4.425)	47.375	(21.152)

JULIO DE CITAÇÃO - PRAZO 20 DIAS. PROCESSO Nº 1003547-8/2024.26.0002 (OJ. MM. Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, DR. Heloisa Assunção Pereira Pimenta, na forma da Lei. E: Faz parte a Marcia Cristina Aguiar Lima CPF 162.396.138-60, que Maria Tadokora ajuizou ação Execução de Título Extrajudicial, para receber a quantia de R\$ 61.000,18. (janeiro/2025), referente à devolução do imóvel à Rua Demônios 109, Casa 04. O

Campo Belo. Estendo a executada em lugar ignorado, expedir-se-á, para que em 3 dias, a fluir do prazo supra, pague(m) o valor devido, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor devido, podendo ser executada a cobrança de 10 dias depositar 30% do débito e solicitar o parcelamento do saldo em 6 vezes, com juros de 3%, no mês, sob pena de expedição de mandado de penhora e avaliação para processamento de tantos bens quantos bastem para garantia da execução, nomeando-se o

curador especial em caso de revêla. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

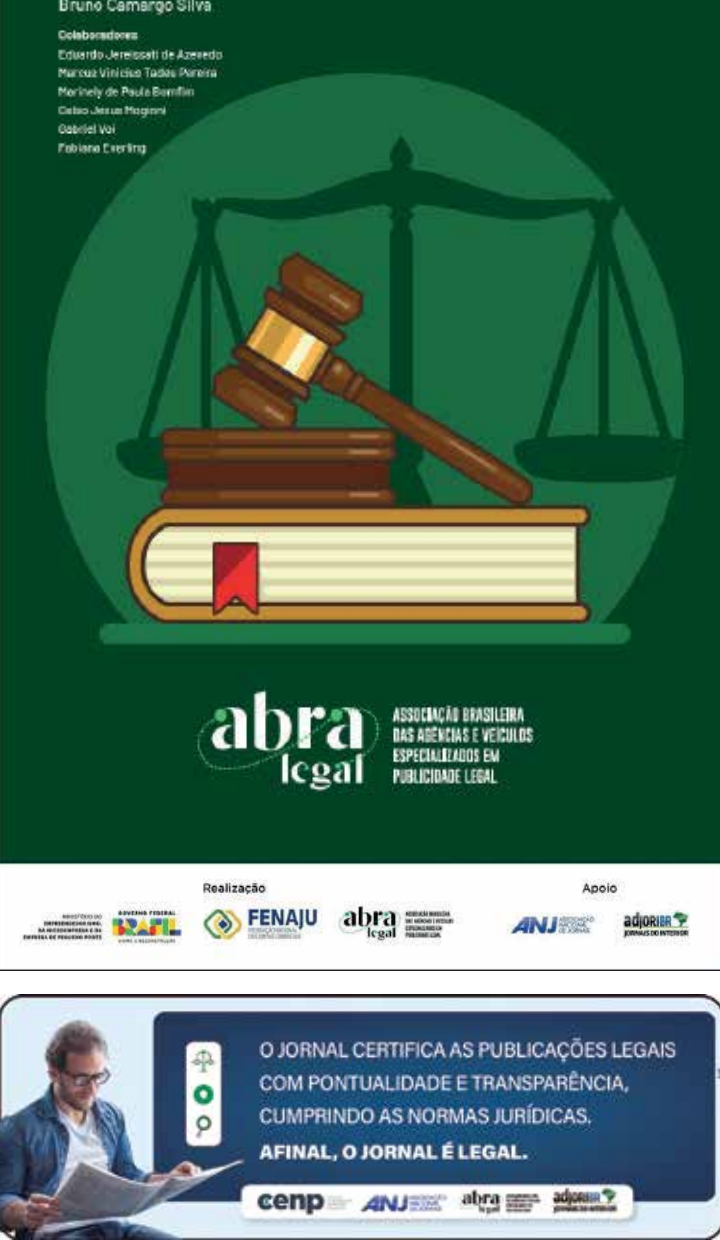
JULIA DE CITAÇÃO - PRAZO 20 DIAS. PROCESSO Nº 1003547-8/2024.26.0002 (OJ Nº. MJJ24) de Direito da 2ª Vara Criminal do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo (DR), Heloisa Assunção Pereira Pimenta, na forma de Lei. E: Faz parte a Marcia Cristina Aguiar Lima CPF 162.396.138-60, que Maria Tadokoro ajuizou ação Execução de Título Extrajudicial, para receber a quantia de R\$ 61.000,18, (janeiro/2025), referente à depósito do aluguel do imóvel à Rua Demônios 109, Casa 04, 04 Campo Belo. Estendo a executada em lugar ignorado, expedir-se edital, para que em 3 dias, a fúro do prazo supra, pagueem o valor devido, sob pena de multa de 10% sobre o valor devido, e, não pagando, o executado, poderá, no prazo de 15 dias, depositar 30% do débito e solicitar o parcelamento do saldo em 6 vezes, com juros de 3%, sob pena de expedição de mandado de penhora e avaliação para processamento de tantos bens quantos bastem para garantia da execução, nomeando-se o Juiz especial em caso de revelia. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

11270-16-25-2012.826.010 - J.M.M. Juiz de Direito do
2ª Vara Cível do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Brasil. Diga Maria Marcuss, na forma da lei; EAC SÁBER A.O.
SIS LUCIANO FELIX Brasileiro, Casado, Comerciante, RG nº 5293030, CPF nº 0336643417, com endereço à RUA RIACHO DAS
ÁGUAS Nº 100, JARDIM CARLOS DE FREITAS, CURITIBA, PARANÁ, CEP 81200-000, e o Sr. PAULO RICARDO DA SILVA, brasileiro,
casado, comerciante, RG nº 5293030, CPF nº 0336643417, com endereço à RUA RIACHO DAS ÁGUAS Nº 100, JARDIM CARLOS DE
FREITAS, CURITIBA, PARANÁ, CEP 81200-000, ambos devidamente identificados por seus respectivos documentos pessoais
de Pagamento Cumprido Com Coafra no parte de Aleksandro keke e outro, apresentando em síntese Os exequentes locaram
para o executado o imóvel tipo RESIDENCIAL, situado na Rua AURORA, 52 APTO 5B, SANTA HELENA, Ocorre que o locatário
não pagou os alugueis devidos desde maio de 2011 até março de 2012, sendo que os mesmos foram encontrados ao
Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITACAO, POR EDITAL, para os atos e termos da causa
proposta e para que, no prazo de 15 dias, que corra após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. No entanto,
consta da peça, o réu se encontra casado, já possui um filho e está sendo nomeado curador especial. Será o presente edital, por extinto,
em razão de não ter sido cumprida a exigência legal prevista no art. 246, § 1º do CPC. Sendo assim, o processo será extinto, sem
juízo de mérito, com fulcro no art. 485, VI do CPC.

[illegible]

Edital de Citação. Processo 0043929-1.1.2022.8.26.0100. Este juízo, Faz SABER a RODRIGO MARQUES DOS SANTOS, CPF: 020.201.345-44, domiciliado em endereço não sabido, que Faz foi citado no Ato Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica por Mathheus Tavares Gonzaga, alegando em síntese: foi instaurado incidente de desconsideração da personalidade jurídica em seu desfavor, alegando-se que as empresas executadas, das quais é sócio, não possuem patrimônio para saldar o débito referente a bitcoins não devolvidos, e que as tentativas de sua localização pessoal foram infrutíferas. Encontrando-se a parte ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os fins de comparecimento ao processo e para que seja apresentado o seu endereço atualizado, sob pena de revelia. Não comparecendo, será considerado o presente edital, por ausência contestação, sob pena de revelia. No silêncio, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. O presente edital tem a duração de prazo de 20 dias.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE LYDIA NOBRE DALTO, REQUERIDO POR ALEXANDRE NOBRE DALTO - PROCESSO Nº116997-06.2024.8.26.0100. (o) A(M) Juiz(a) de Direito da 7ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Erica Regina Colmenero Coimbra, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 28/02/2025, foi decretada a **INTERDIÇÃO DE LYDIA NOBRE DALTO, CPF063.517.938-58**, declarando-o (a) relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeado(a) como CURADOR(A), em caráter DEFINITIVO, (o) Sr. (a) Alexandre Nobre Dalto, CPF 046.219.238-54. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de abril de 2025



Sanção de Trump contra Brasil é chantagem política e mira o Brics

A tarifa comercial de 50% anunciada pelos Estados Unidos (EUA) contra o Brasil, que deve ser aplicada a partir de 1º de agosto, funciona como sanção econômica com objetivo de chantagem política, visando atingir o Brics e proteger as empresas de tecnologia e redes sociais estadunidenses, as chamadas big techs, além de tentar interferir no processo político e judicial interno do país.

Essa é a avaliação de analistas consultados pela Agência Brasil, que destacaram que a questão comercial não justifica a sanção contra o Brasil devido, entre outros motivos, ao fato de a economia brasileira não contribuir para o déficit comercial dos Estados Unidos, como falsamente alega Trump. Além disso, o Brasil tem um peso relativamente pequeno para a economia americana.

O professor de economia da Unicamp Pedro Rossi afirmou à Agência Brasil que não enxerga racionalidade econômica na decisão de Trump. Para ele, a medida tem motivações políticas.

“Do ponto de vista comercial, não tem uma finalidade clara. O Brasil não é tão relevante para a economia americana, apesar de ser relevante em alguns setores. São arroubos políticos e o uso de um instrumento comercial para outros propósitos. Para ameaçar e tentar chantagear um país”, avaliou.

Os dados do próprio governo dos Estados Unidos mostram que o superávit no comércio de bens com o Brasil cresceu 31,9% em



Foto: Joêdson Alves

2024, chegando a um saldo positivo para Washington em US\$ 7,4 bilhões.

O dado oficial dos EUA é, inclusive, muito superior ao registrado pelo governo brasileiro. O Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) do Brasil calculou um superávit a favor dos EUA de US\$ 284 milhões no ano passado. Diferentes metodologias na coleta de dados explicam os números divergentes.

Brics

Ainda de acordo com Trump, as tarifas do Brasil “causaram esses déficits comerciais insustentáveis contra os Estados Unidos”. A afirmação contraria os dados do próprio governo americano, que mostram que o último déficit comercial dos Estados Unidos com o Brasil foi em 2007, há 17 anos.

Para o economista Pedro Rossi, esse tarifaço não responde a problemas da balança comercial.

“Ele olhou para o Brasil como um país que ele pode ameaçar sem muita consequência econômica para os Estados Unidos, como é o caso do México e Canadá. Isso foi uma reação muito espontânea e bruta à cúpula dos Brics e à forma como o Brasil está se movendo no cenário internacional”, explicou.

Durante a Cúpula do Rio de Janeiro, Trump voltou a ameaçar os países que se alinham às políticas do bloco.

A professora de relações internacionais Camila Feix Vidal, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), destacou o timing da decisão após a cúpula do Brics.

“Enquanto a carta da Indonésia é justificada em termos desse suposto déficit comercial [Indonésia foi taxada em 32% por Trump], na do Brasil a justificativa mais plausível, que dá o tom da carta, é o aspecto político. Trata-se, portanto, de tentar interferir no nosso sistema jurídico”, comentou a especialis-

ta nas relações Estados Unidos e América Latina.

Na carta sobre as tarifas, Trump também saiu em defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro, acusado de tentativa de golpe de Estado no Brasil. Aliados do político brasileiro tem solicitado apoio de Trump contra o julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF).

Relações comerciais
O professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Luiz Carlos Delorme Prado destacou que o direito internacional não permite o uso de tarifas para fins políticos de forma unilateral.

“O que se trata aqui é de um comportamento abusivo de um governo estrangeiro para obter vantagens políticas usando meios ilegais para constranger um país soberano. Existe um procedimento para aplicação de tarifas, o que passa pela Organização Mundial do Comércio (OMC)”, destacou.

Prado lembrou, porém, que os sucessivos governos dos Estados Unidos vêm, desde Barack Obama (2008-2016), esvaziando o papel da OMC ao não indicar os juizes que deveriam arbitrar os conflitos comerciais.

Na carta enviada ao governo brasileiro, Trump justifica que a relação comercial com o Brasil é “injusta” por causa de “tarifas e barreiras tarifárias e não tarifárias do Brasil” e que a tarifa de 50% é “muito menos” que o necessário para “termos igualdade de condições”.

Antes do primeiro tarifaço mundial de Trump, no início de abril, o governo dos Estados Unidos divulgou relatório criticando o modelo tarifário do Brasil em relação as importações, em especial, nos setores do etanol, filmes, bebidas alcoólicas, telecomunicações, máquinas e equipamentos.

O professor Prado explicou que essas tarifas foram construídas ao longo de negociações comerciais pós 2ª guerra mundial.

“O Brasil dá tratamentos diferenciados para determinados produtos. O fato de as tarifas não serem iguais é resultado de todo o processo de negociação do pós-guerra que vai criar a OMC. Não há razão para as tarifas serem exatamente iguais entre o Brasil e os EUA, inclusive, porque são países de graus de desenvolvimento diferentes”, comentou.

Já o economista Pedro Rossi diz que é comum ter déficit ou superávit nas relações comerciais e que o saldo comercial não significa que a relação é justa ou injusta.

“É normal que se tenha comércios de acordo com a especialização de cada país. Isso não significa justiça ou injustiça. O fato de o Brasil ter um déficit com os EUA não é uma injustiça, é um reflexo de uma estrutura produtiva, que tem complementariedade com a economia americana”, comentou o professor licenciado da Unicamp.

Resposta do Brasil
Para os três analistas con-

sultados pela Agência Brasil, o governo deve usar a Lei de Reciprocidade para responder ao governo estadunidense. Para Luiz Prado, da UFRJ, usar ameaças e retaliações para objetivos políticos ou comerciais é inaceitável.

“O Brasil não tem alternativa a não ser a responder com os instrumentos que ele tem disponível. É claro que o Brasil tem que estar sempre disposto a negociar. Há uma simetria de poder muito grande entre os EUA e o Brasil”, disse.

A professora Camila Vidal avalia que a estratégia de Trump é um “tiro no pé” e tem o poder de unir grupos políticos antagônicos no Brasil em defesa da soberania nacional.

“Quem sabe agora fique óbvio que não existe patriotismo batendo continência para a bandeira de outro país e que os interesses daquele país, por óbvio, não são os mesmos interesses que os nossos”, comentou.

Já o economista Pedro Rossi avalia que o episódio abre oportunidade de o Brasil diversificar suas parcerias, fortalecer relações com Europa, Ásia, África e Brics, além de fomentar a indústria nacional.

“O Brasil pode substituir uma parte dessas importações com produtos nacionais, inclusive gerando emprego e renda. Isso acelera o processo de integração com outros atores, com os próprios Brics e América do Sul. No fundo, é uma decisão que isola os Estados Unidos e joga o Brasil no colo de outros atores”, completou. (Agência Brasil)

Governo abrirá crédito de R\$ 3 bi para ressarcir descontos ilegais

O governo federal deve publicar, nos próximos dias, uma Medida Provisória (MP) abrindo um crédito extraordinário de cerca de R\$ 3 bilhões no Orçamento deste ano. O dinheiro servirá para ressarcir parte dos valores descontados ilegalmente dos benefícios previdenciários pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a milhões de aposentados e pensionistas de todo o Brasil.

“Vamos enviar [submeter] esta MP para o parlamento, abrindo um crédito extraordinário de aproximadamente R\$ 3 bilhões para fazer este ressarcimento”, disse, em Brasília, o ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz (foto), durante entrevista coletiva na qual ele e o presidente do INSS, Gilberto Waller, anunciaram o início do

período de adesão ao acordo de restituição dos valores descontados sem autorização, a partir desta sexta-feira (11).

Adotada pelos presidentes da República em casos de relevância e urgência, as medidas provisórias produzem efeitos a partir do momento em que são publicadas no Diário Oficial da União, mas têm que ser aprovadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado em até 120 dias para que se transformem definitivamente em leis ou perdem a eficácia. Já a abertura de crédito extraordinário é admitida para atender despesas imprevisíveis e urgentes.

“Esta é uma crise grave que nos indignou a todos”, afirmou o ministro, se referindo aos fatos trazidos à luz pela Operação Sem Desconto,

que a Polícia Federal (PF) e a Controladoria-Geral da União (CGU) deflagraram em abril deste ano, para aprofundar as investigações sobre o esquema fraudulento de descontos não autorizados que lesaram milhões de aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social.

“É um dos episódios mais nefastos e mais graves dos últimos tempos”, acrescentou Queiroz, assegurando que o governo “tomou todas as medidas possíveis e cabíveis” para interromper os descontos indevidos tão logo tomou ciência da gravidade dos indícios de ilegalidade que a PF e a CGU identificaram.

“Foram cessados todos os descontos e suspensos todos os acordos de cooperação técni-

ca [entre o INSS e entidades autorizadas a descontar as mensalidades associativas de seus filiados diretamente dos benefícios previdenciários]. A CGU deflagrou uma investigação sem proteger a quem quer seja e a PF tem trabalhado com absoluta autonomia”, acrescentou o ministro.

R\$ 2,6 bilhões
Segundo o presidente do INSS, Gilberto Waller, dos cerca de 9,3 milhões de segurados do INSS que pagaram alguma mensalidade associativa com desconto em folha entre março de 2020 e março de 2025, 3,8 milhões questionaram os valores deduzidos, alegando não ter autorizado a operação.

“Se tivéssemos que pagar [restituir os valores cobrados] 100% das 3,8 milhões de rec-

lamações – o que não é o caso –, o valor corrigido pelo IPCA, hoje, daria R\$ 2,6 bilhões”, afirmou Waller, acrescentando que os R\$ 400 milhões restantes do crédito extraordinário vão servir para, eventualmente, ressarcir vítimas indígenas, quilombolas e que tinham 80 anos de idade ou mais em março de 2024 e que não tenham questionado os valores descontados ilegalmente. Nestes casos, o próprio INSS vai contestar as deduções, por considerar estes três grupos socialmente vulneráveis.

“Com isso, chegaríamos a cerca de 4,1 milhões de pessoas atingidas por este golpe, conforme a estimativa inicial”, acrescentou o presidente do INSS, destacando que mais de 1,86 milhão de aposentados e pensionistas que questionaram

as cobranças ilegais e que não receberam as devidas justificativas das entidades associativas já estão aptas a aderir ao acordo de ressarcimento, a partir desta sexta-feira (11).

Quem ainda não contestou eventuais descontos pode fazê-lo pelo aplicativo Meu INSS; ligando para a central telefônica 135 ou indo pessoalmente a uma agência dos Correios.

Novas contestações serão aceitas pelo menos até 14 de novembro de 2025 – até lá, o governo federal vai analisar a necessidade de prorrogar o prazo. A partir da data em que o beneficiário questionar as cobranças, as entidades têm até 15 dias para comprovar que o desconto. (Agência Brasil)

Indústria e comércio pedem mais diplomacia e menos ideologia

O anúncio de tarifas da ordem de 50% para importação de produtos brasileiros pelos Estados Unidos (EUA), feito na quarta-feira (9) pelo presidente Donald Trump, repercutiu entre entidades empresariais brasileiras que, em linhas gerais, pedem mais diplomacia e menos ideologia.

O Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) considerou a decisão do presidente estadunidense o resultado de um “embate” entre Trump e o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, que não tem argumentos que a justifiquem.

“A decisão ultrapassa os limites da diplomacia ao utilizar a questão tarifária como instrumento de disputa pessoal e ideológica”, diz nota da entidade.

“Faltam argumentos concretos em favor dos EUA para uma tarifa de 50% nas importações do Brasil.”

A entidade lembrou que a justificativa de Trump de que a balança comercial entre os dois países é desfavorável aos Estados Unidos não procede.

“Apenas na última década o superávit a favor deles foi de US\$ 91,6 bilhões no comércio de bens. E se incluído o comércio de serviços, o superávit dos EUA chega aos US\$

256,9 bilhões”.

Em uma linha semelhante, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) criticou o que seriam “razões não econômicas” para a quebra de um regimento comercial e direito internacional”.

A entidade sediada na Avenida Paulista destacou ainda que a “soberania nacional é inegociável”, entendendo que o momento pede negociação.

“Com serenidade, a partir de fatos e estatísticas verdadeiras, é de interesse comum às empresas brasileiras e americanas, que sempre foram bem-vindas ao Brasil.”

Também em nota e na mesma linha, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) defendeu a via diplomática para dirimir conflitos e chegar a uma conclusão.

“A Firjan defende a intensificação da atuação diplomática e paradiplomática em diversos níveis para construção de uma solução negociada.”

A entidade do Rio de Janeiro também destacou o histórico da relação diplomática bilateral entre os dois países.

“Brasil e Estados Unidos mantêm um longo histórico de relações

mutuamente benéficas, parcerias econômicas e industriais salutareis e voltadas para a promoção dos negócios.”

Especificamente para a situação do Rio de Janeiro, a Firjan lembrou que os Estados Unidos são um parceiro estratégico do estado e um importante “player” na balança comercial, “investindo em importantes setores da economia fluminense como energia, bens manufaturados e os de alto valor agregado”.

Para a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) é necessário diálogo com “serenidade e responsabilidade” nas relações comerciais internacionais.

“A Fiemg entende que eventuais medidas de retaliação devem ser avaliadas com cautela, uma vez que podem trazer prejuízos significativos à sociedade brasileira e ao setor produtivo como um todo. Este é o momento de reavaliar posicionamentos, reconsiderar decisões e buscar soluções por meio do diálogo com esse parceiro estratégico”, concluiu o comunicado da entidade mineira.

A Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) também citou a diplomacia e a importância de se acionarem canais

diplomáticos e institucionais “para restabelecer o ambiente de confiança e previsibilidade que sempre caracterizou a relação bilateral” entre o Brasil e os Estados Unidos.

“Medidas unilaterais e intempestivas não servem aos interesses dos brasileiros ou dos estadunidenses, que compartilham valores democráticos, forte intercâmbio comercial e cultural, e aspirações comuns de desenvolvimento econômico e social”, complementou o comunicado.

A Associação Brasileira de Rochas Naturais (Centrorochas) demonstrou preocupação com a desvantagem competitiva que o Brasil enfrentará frente a outros fornecedores internacionais com tarifas inferiores, e citou Itália, Turquia, Índia e China.

“A Centrorochas está monitorando a situação e dialogando com autoridades brasileiras e parceiros institucionais para buscar soluções que minimizem os impactos da medida, assegurem a previsibilidade das relações comerciais e preservem o espaço do Brasil no mercado norte-americano”, finalizou a nota da entidade.

A Câmara Americana de Comér-

cio para o Brasil (AmCham) considerou que as medidas dos Estados Unidos tem potencial para causar impactos severos sobre empregos, produção, investimentos e cadeias produtivas integradas entre os dois países.

“A Amcham Brasil — que há mais de um século atua pelo fortalecimento dos laços econômicos entre os dois países — conclama os governos a retomarem, com urgência, um diálogo construtivo. Reiteramos a importância de uma solução negociada, fundamentada na racionalidade, previsibilidade e estabilidade, que preserve os vínculos econômicos e promova uma prosperidade compartilhada.”

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomércioSP) classificou como “inadmissível” a decisão de Trump e ressaltou que ela fere os “princípios elementares” do comércio internacional e penaliza empresas comprometidas com o crescimento econômico do país.

Como as demais, a entidade do setor de comércio e serviços apela para a necessidade de diálogo entre os dois países.

“A FecomercioSP considera in-

admissível que decisões estratégicas e de alto impacto sejam tomadas à margem do diálogo diplomático e da construção de consensos. A ruptura de pontes comerciais não apenas compromete as cadeias produtivas, como também deteriora o ambiente de confiança entre nações e a disposição das empresas para investir, gerar valor e ampliar trocas no mercado internacional”.

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp) apontou o que seria a “falta de assertividade e visão da diplomacia brasileira em antecipar e negociar medidas que afetam diretamente setores estratégicos da economia nacional”, sem criticar a postura unilateral dos Estados Unidos.

“Há espaço para que o governo consiga se articular, por meio do seu corpo diplomático, de técnicos de ministérios estratégicos, como da Agricultura e Agropecuária e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, e executivos de empresas que tenham forte representação no território nacional. Entendo que o confronto levará a prejuízos incalculáveis para a Nação”, completou a nota da entidade. (Agencia Brasil)